

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: A venda da Light.....	2
Título: Prévia da inflação de outubro sobe 0,58%, a maior desde 2015	2
Título: Eletrobras adia para novembro leilão de empresa do Amazonas	3
Título: Pela 1ª vez desde 22 de agosto, gasolina fica abaixo de R\$ 2	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Após decisão do Senado, leilão de distribuidora do AM é adiado	5
Título: Gasolina cai 12% na refinaria, mas preço ainda sobe na bomba	6
Título: Governo abre consulta pública de leilão que elevará conta de luz	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Prévia da inflação tem alta de 0,58% em outubro.....	7
Título: Leilão da Amazonas Energia é adiado.....	8
Título: STJ derruba liminar a favor de geradores	10
Título: Conta de luz mais cara	10
Título: Mercado leilão da Amazonas Energia	11
VEÍCULO: Valor Econômico.....	11
Título: Encontro com área de energia tem até diretor da Aneel	11
Título: Destaques	13
Título: Light avança em planos para emitir novas ações	14
Título: Aneel indica cassar linhas da Eletrosul e Eletronorte	15
Título: STJ derruba maior liminar sobre risco hidrológico	17
Título: Santo Antônio estima custo de eventual colapso.....	18
Título: EUA retiram taxa antidumping de resina brasileira	20

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/10/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: A venda da Light**

No apagar das luzes (sem trocadilho) do governo de Fernando Pimentel, em Minas, a Cemig botou para vender mesmo ações da Light, sua controlada. A GP Investments é a mais interessada. Mas há no mercado quem estranhe neste processo a ausência de um “data room”, ambiente que coloca informações à disposição de eventuais interessados.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/10/2018****Seção: Economia****Autor: Daiane Costa****Título: Prévia da inflação de outubro sobe 0,58%, a maior desde 2015**

Alta do IPCA-15, puxada por combustíveis, é bem superior ao resultado de setembro, de 0,09%. Aumento de alimentos, como tomate e carnes, também pesou

Expressivos aumentos nos preços da gasolina, do tomate e da carne fizeram a prévia da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), acelerar para 0,58% em outubro, informou ontem o IBGE. Foi a maior alta para o mês desde 2015, quando ficou em 0,66%, e um aumento bem superior ao registrado em setembro (0,09%).

A tendência é que, no fechado do mês, o resultado fique ainda mais elevado, pois os alimentos devem continuar subindo até o fim de outubro, avalia André Braz, economista do Ibre/FGV. A prévia da inflação capta os preços entre os dias 15 de cada mês. A inflação foi puxada principalmente pela alta da gasolina, de 4,74%, que respondeu por 0,21 ponto percentual do IPCA- 15 de outubro. Também subiram com força etanol (6,02%) e diesel (5,71%).

Entre os alimentos, que têm grande peso no orçamento das famílias, houve alta de 16,76% no tomate e de 0,98% nas carnes. Já cebola (-8,48%), leite longa vida (-4,10%) e ovos (-2,26%) mantiveram a trajetória de queda.

—Com o dólar cedendo, a gasolina deve encerrar o mês com uma inflação inferior à registrada até agora (o câmbio é considerado na política de preços da Petrobras). Já chuvas acima da média vêm levando a uma menor oferta de alguns alimentos in natura, cujos preços devem continuar em alta —avalia Braz, que projeta um IPCA de 0,66% para outubro.

A alta da carne (de aves e bovina), explica o economista, resulta de dois efeitos: um é a ração mais cara, devido à alta do dólar nos últimos meses, pois milho e soja, que compõem o alimento animal, termos preços cotados no mercado externo. A segunda é a sazonalidade. Geralmente, as carnes ficam mais caras em outubro e novembro por conta das encomendas para as festas de fim de ano.

Com a queda do dólar e a maior incidência de chuvas, avalia Braz, a expectativa é que a inflação fique dentro do centro da meta estabelecida pelo Banco Central, de 4,5%. Nos últimos 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,53%. No ano, a variação é de 3,83%.

—A gasolina já está cedendo e, com as chuvas, a tarifa de energia, que opera há cinco meses com a bandeira vermelha patamar 2, que é a mais alta, pode diminuir nos próximos meses, aliviando a conta —pontua o economista, que prevê que a inflação ficará mais baixa em novembro e dezembro, em 0,25% e 0,30%, respectivamente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/10/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras adia para novembro leilão de empresa do Amazonas

Motivo foi negociação de garantia para pagamento de dívida com Petrobras

A Eletrobras decidiu adiar o leilão de privatização da distribuidora de energia que opera no Amazonas. A licitação estava prevista para a próxima quinta-feira e foi reagendada para 27 de novembro. Na semana passada, o Senado rejeitou o projeto de lei que abria caminho para a venda da empresa e aumentava a atratividade da Amazonas Energia.

Apesar da derrubada da proposta, a Eletrobras e o **Ministério de Minas e Energia** decidiram manter o leilão. O motivo alegado pela Eletrobras para o adiamento foi a negociação de garantias para o pagamento de dívidas com a Petrobras. A Eletrobras tem dívida de R\$ 17 bilhões com a petroleira referente ao fornecimento de óleo combustível e gás natural para geração de energia elétrica no Norte.

Parte das garantias para o pagamento da dívida estavam condicionadas à aprovação do projeto de lei pelo Senado. Com isso, a Eletrobras terá de negociar uma nova garantia. A Eletrobras tem até 31 de dezembro para vender a empresa. Depois dessa data, a Amazonas Energia será fechada, e seus serviços entregues ao governo federal.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/10/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Pela 1ª vez desde 22 de agosto, gasolina fica abaixo de R\$ 2

Queda do preço na refinaria não chega ao consumidor, que paga mais de R\$ 5

A Petrobras anunciou que o preço da gasolina nas refinarias ficará abaixo de R\$ 2 a partir de hoje, pela primeira vez desde 22 de agosto. O litro será repassado às distribuidoras, sem os tributos, a R\$ 1,9855. Na bomba, porém, já ultrapassa R\$ 5. O novo valor nas refinarias representa um recuo de 3,79% em relação ao que vinha sendo cobrado, de R\$ 2,0639. Desde 22 de setembro, quando estava a R\$ 2,2514, o preço da gasolina já caiu oito vezes, acumulando retração de 11,8%.

Segundo especialistas, o recuo no preço ocorre por conta da queda das cotações do dólar e do barril no mercado internacional. Segundo a Bloomberg, o barril do petróleo tipo Brent acumula retração de 4,4% nos últimos 30 dias e estava cotado ontem na faixa de US\$ 76. O dólar, outra variável importante para a composição dos preços, também teve queda de 9,3% no último mês, de R\$ 4,08 para os atuais R\$ 3,70. Mas essa redução nas distribuidoras ainda não chegou ao consumidor.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), na cidade do Rio, o litro da gasolina ao consumidor ultrapassou a barreira dos R\$ 5 em outubro, e tem preço médio de R\$ 5,065. No Brasil, o valor médio está em R\$ 4,716. Paulo Miranda, presidente da Fecombustíveis, disse que o aumento reflete o preço maior do etanol:

—Houve um aumento de preços do etanol anidro, que está na entressafra e subiu muito. Ele representa 27% da gasolina C. A Plural, associação de distribuidores, esclarece que, nos últimos 11 meses, o aumento médio acumulado do ICMS da gasolina foi de 14% no país. "O custo de produto e tributos são responsáveis por mais de 80% do preço final", disse em nota.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Após decisão do Senado, leilão de distribuidora do AM é adiado

Rio de Janeiro - O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciou nesta terça (23) o adiamento do leilão da Amazonas Energia, distribuidora de eletricidade que vem sendo operada pela Eletrobras.

A decisão se dá uma semana depois de derrota do governo em tentativa de aprovar lei que tornaria a empresa mais atrativa. O leilão, que estava marcado para o próximo dia 25, foi reagendado para 27 de novembro.

Com alto déficit financeiro e passivos bilionários, a Amazonas Energia é a mais problemática das seis distribuidoras de energia que estavam sob o controle da Eletrobras desde o fim do processo de privatização do setor, nos anos 1990.

A estatal já conseguiu vender quatro delas, que operam no Piauí, em Roraima, em Rondônia e no Acre. A venda da Ceai, que abastece Alagoas, está travada por liminar no Supremo.

Na terça (16), o Senado derrubou projeto de lei que repassaria à conta de luz parte da dívida da companhia. O texto passara na Câmara.

Sem essa solução, a avaliação é que dificilmente haveria investidores interessados em comprar a empresa.

A Eletrobras alega que vem tendo prejuízos com a operação das distribuidoras e já prorrogou algumas vezes o prazo para devolver a concessão ao governo —o que poderia provocar a interrupção dos serviços.

O prazo atual vai até dezembro deste ano. Para novo adiamento, é necessária convocação de assembleia de acionistas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 24/10/2018**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Gasolina cai 12% na refinaria, mas preço ainda sobe na bomba

Rio de Janeiro - Após dois meses, a Petrobras voltará nesta quarta (24) a vender gasolina em suas refinarias por menos de R\$ 2. Será o oitavo corte seguido no preço do combustível, que passará a R\$ 1,9855 por litro.

A sequência de cortes responde ao recuo nas cotações da gasolina no mercado internacional e do dólar no Brasil. Em um mês, a queda acumulada é de 11,8%.

O consumidor, porém, ainda não está sendo beneficiado: segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio da gasolina nos postos brasileiros subiu 1,5% no mesmo período.

O ciclo de queda no preço foi iniciado em 25 de setembro, depois que a gasolina atingiu R\$ 2,2514 por litro, o maior valor desde que a Petrobras passou a divulgar preços diários, em julho de 2017.

Desde então, foram oito reduções no preço do combustível, acompanhando a alta do real—entre 25 de setembro e segunda (22), o dólar ficou R\$ 0,40 mais barato — e as cotações internacionais.

Apolítica de preços da Petrobras é baseada em uma fórmula que considera o preço internacional dos combustíveis, o câmbio e custos para importar os produtos.

Na semana passada, o litro da gasolina era vendido nos postos a R\$ 4.725-

É praticamente o mesmo do que os R\$ 4,722 da semana anterior e 1,5% superior ao verificado na semana encerrada no dia 22 de setembro, antes do início dos cortes promovidos pela Petrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 24/10/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Governo abre consulta pública de leilão que elevará conta de luz

São Paulo- O governo abriu, nesta terça (23), uma consulta pública para realizar leilões regionais de energia elétrica em 2019 e repassar o custo para a conta de luz.

A ideia é contratar termelétricas movidas a gás natural nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A proposta é polêmica entre os órgãos que regulam o setor elétrico, conforme revelou a Folha, em julho.

À época, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco (MDB-RJ)** disse que buscava um modelo e leilão que evitasse o repasse à conta de luz.

No entanto, na proposta apresentada pelo governo, os consumidores de energia deverão arcar com os custos desses empreendimentos.

A Abrace (associação de grandes consumidores de energia industriais) calcula o impacto em R\$ 2 bilhões por ano, pelos próximos 20 anos.

Para Edvaldo Santana, presidente da entidade, trata-se de uma forma de viabilizar a construção de usinas térmicas na região Nordeste.

A ideia inicial do governo era contratar usinas apenas nessa região, mas, após repercussão negativa do projeto, foram incluídos leilões em outras zonas do país. No entanto, apenas o leilão da região Nordeste tem atratividade garantida, afirma Santana.

Uma das críticas de empresários do setor ao leilão é que ele cria uma reserva de mercado, já que apenas as empresas que já atuam na região deverão concorrer.

Defensores do leilão afirmam que a contratação das usinas é importante para garantir a segurança energética do país.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/10/2018

Seção: Economia

Autor: Daniela Amorim / RIO

Título: Prévia da inflação tem alta de 0,58% em outubro

IPCA-15 registra maior elevação para o mês desde 2015; combustíveis e alimentos foram os responsáveis pela aceleração dos preços na quinzena

O aumento nos preços dos combustíveis pressionou a prévia da inflação oficial no País em outubro. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15) subiu 0,58%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi o mais elevado para o mês desde 2015, mas ainda abaixo da média dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam inflação mediana de 0,63%.

A taxa acumulada em 12 meses subiu a 4,53%, ligeiramente acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central (BC). Diante do cenário inflacionário "confortável", o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC não precisará mais mexer este ano na taxa básica de juro, a Selic, defendeu o economista-sênior do Banco Haitong de Investimento do Brasil, Flávio Serrano. O Copom terá mais duas reuniões em 2018, nos dias 30 e 31 de outubro e em 11 e 12 de dezembro.

A taxa de juros está em 6,50% ao ano. "Sempre acreditamos que (a Selic) ficaria sem alteração esse ano. A situação da inflação é confortável e ficou ainda mais depois que o câmbio voltou (que o dólar desvalorizou). Isso só reforça o cenário de médio prazo favorável à manutenção da Selic", disse Serrano. Para o economista João Fernandes, da Quantitas, o IPCA deve encerrar o ano no centro da meta tanto em 2018 (aos 4,5%) quanto em 2019 (aos 4,25%).

Ele acredita que os preços de combustíveis arrefeçam nos próximos meses em meio à desvalorização do dólar e que a melhora no cenário hídrico diminua a cobrança extra sobre as contas de luz por conta do acionamento das usinas térmicas. No IPCA-15 de outubro, a energia elétrica ficou 0,08% mais barata, após ter subido por sete meses. O vilão da vez foi a gasolina, que ficou 4,57% mais cara no período de apuração, sendo responsável por mais de um terço da inflação no mês.

O etanol aumentou 6,02%, enquanto o diesel subiu 5,71%. Os alimentos também pressionaram o orçamento das famílias, com alta de 0,44%, após a queda de preços registrada em setembro. Houve reajustes nos preços do tomate, frutas e carnes. Por outro lado, ficaram mais baratos a cebola, leite longa vida e ovos./ COLABORARAM MARIA REGINA SILVA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/10/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Beth Moreira, De Brasília, Denise Luna, do Rio, Com Reuters

Título: Leilão da Amazonas Energia é adiado

Venda de distribuidora foi postergada em um mês por disputa relativa a uma dívida bilionária da Eletrobrás com Petrobrás

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ontem que o leilão da distribuidora Amazonas Energia, que seria realizado amanhã, será adiado para 27 de novembro. A data para entrega de propostas de investidores interessados na compra da empresa, marcada para ontem, agora deverá ser feita no dia 21 de novembro.

O motivo, segundo apurou o Estadão/Broadcast, é a necessidade de se concluir as negociações de uma dívida da Eletrobrás (grupo do qual a Amazonas Energia faz parte) com a Petrobrás, estimada em cerca de R\$ 15 bilhões, que diz respeito à compra de combustíveis para termoeletricas do Estado.

Os termos da repactuação caíram com a rejeição, pelo Senado, do projeto de lei que tratava da Amazonas Energia e resolvia pendências da empresa.

Agora, o governo e as empresas vão ter de trabalhar para encontrar uma solução para esse acordo que não precise ser feita por meio de uma lei. Será preciso encontrar uma nova garantia para a dívida e consultar ambas as companhias. Sem a conclusão dessa renegociação concluída, não haveria interessados na compra da empresa e o leilão desta semana daria vazão.

Como a Amazonas Energia é a mais deficitária das distribuidoras da Eletrobrás, acumulando prejuízos bilionários, o projeto rejeitado pelo Senado era visto como fundamental para aumentar o interesse na unidade e dar segurança jurídica aos eventuais compradores.

Interesse. Após o projeto de lei ser rejeitado pelos senadores, uma das interessadas na distribuidora, a Oliveira Energia, avaliou que seriam necessárias mudanças em alguns termos do edital de privatização para que a companhia se mantivesse interessada no leilão, segundo disseram fontes do setor à Reuters. A Oliveira Energia foi uma das empresas que adquiriu a distribuidora da Eletrobrás em Roraima.

Processo. O diretor da Associação de Empregados da Eletrobrás (Aeel), Emanuel Mendes Torres, disse que, mesmo com o adiamento do leilão da Amazonas Energia, a entidade vai entrar com uma ação contra os dirigentes da Eletrobrás, pelo fato de tentarem vender a empresa por R\$ 50 mil, enquanto a Eletrobrás terá de assumir dívida de até R\$ 11,8 bilhões. Segundo Torres, o leilão coloca em risco o emprego de cerca de 1,5 mil colaboradores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 24/10/2018**Seção:** Economia**Autor:****Título:** STJ derruba liminar a favor de geradores

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, suspendeu liminar que protegia um grupo de empresas de custos com o chamado "risco hidrológico" na operação de usinas hidrelétricas, atendendo parcialmente pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tenta acabar com uma longa e bilionária disputa jurídica no mercado de eletricidade.

Noronha escreveu na decisão que "prevalece no STJ o entendimento de que o poder judiciário não pode adentrar a seara técnica de regulação do mercado de energia para, em liminar, substituir-se ao órgão regulador". A medida beneficiava empresas ligadas à Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

O advogado da Apine, Julião Coelho, disse que a decisão resultará em cobranças para as elétricas nas próximas liquidações financeiras, mas não resultará na cobrança imediata de valores represados pela liminar entre julho de 2015 e fevereiro de 2018, como queria a Aneel em seu pedido ao STJ. "O passado foi preservado", disse ele.

A briga em torno dos custos com o risco hidrológico, gerados quando as usinas hídricas precisam comprar energia no mercado para cumprir obrigações devido a uma produção abaixo do previsto, foi responsável por deixar R\$ 8,8 bilhões em aberto na liquidação financeira de operações do mercado de energia em agosto, realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no início deste mês. A CCEE disse que "está ciente da decisão, mas ainda analisa sua operacionalização, entendendo o teor da decisão". / REUTERS

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 24/10/2018**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Conta de luz mais cara**E EU**

COM ISSO

Quando a estiagem se prolonga, o abastecimento da população e a geração de energia elétrica ficam gravemente comprometidos. A seca é um dos motivos para a bandeira vermelha patamar 2 continuar em vigência pelo quinto mês consecutivo. Essa é uma forma de repassar ao consumidor o aumento no custo de produção de energia. A elevação na conta é de R\$5 a cada 100kW/h consumidos, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Isso acontece porque o nível dos reservatórios de água das hidrelétricas estão com volumes muito baixos e a geração passa a utilizar as termelétricas, de produção mais cara.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 24/10/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Mercado leilão da Amazonas Energia**

Após a rejeição do projeto de lei (PL) que resolvia pendências da distribuidora da Eletrobras Amazonas Energia pelo Senado, o leilão da concessionária foi adiado. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou ontem que o certame ficou para 27 de novembro. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que o novo prazo servirá para que a Eletrobras e a Petrobras cheguem a um acordo sobre a dívida da distribuidora referente ao uso de gás natural. “A preocupação do governo é manter o serviço”, explicou. O acordo é importante para aumentar o valor da Amazonas Energia e atrair interessados na sua privatização.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/10/2018****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo****Título: Encontro com área de energia tem até diretor da Aneel**

Um grupo de representantes do setor de energia esteve reunido ontem com o candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, no Rio de Janeiro. No encontro, o grupo entregou um conjunto de propostas e desafios para as áreas de energia elétrica, petróleo e gás natural.

O **Valor** apurou que participaram do encontro o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, o diretor de assuntos regulatórios e estratégia da Energisa, Alexandre Nogueira, o presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Augusto Salomon, o deputado federal Leonardo Quintão (MDB-MG), o consultor da FGV Energia Gustavo de Marchi e até o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, entre outros.

Em documento apresentado ao candidato do PSL foram listados 12 "desafios" a serem superados na área de energia elétrica. Entre os principais pontos, estão a redução da tarifa de energia, a ampliação da concorrência no mercado, o fortalecimento do mercado livre, a reavaliação dos subsídios existentes na conta de luz e o aprimoramento do modelo regulatório do setor elétrico, com destaque a solução para o problema do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês).

Os representantes também defenderam a privatização de todas distribuidoras da Eletrobras e da CEA, que é controlada pelo governo do Amapá. O documento não faz menção à privatização da holding Eletrobras.

No segmento de petróleo, o grupo propôs a continuidade do plano de desinvestimentos da Petrobras, a definição de uma agenda plurianual de leilões de áreas exploratórias de petróleo e gás e a promoção e avaliação dos blocos ofertados antes das licitações.

Na área de gás natural, os principais pontos foram a privatização das unidades de processamento de gás natural da estatal, o incentivo ao mercado livre de gás natural e a promoção de políticas que incentivem a expansão das redes de gasodutos de transporte. O grupo propôs ainda a criação do "vale-gás", que permitiria que as 8,7 milhões de famílias que hoje se beneficiam da tarifa social de energia elétrica pagassem metade do preço de mercado do gás de cozinha.

Em âmbito internacional, o grupo destacou a necessidade de negociação dos contratos da hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai, cujo anexo "C" (a parte financeira do acordo) vencerá em 2023, e do contrato de importação de gás natural com a Bolívia, que expira em 2019.

O grupo também sugeriu a harmonização de políticas de incentivo aos biocombustíveis (etanol e biodiesel) com a manutenção da oferta de derivados de petróleo através do programa Renovabio, respeitando o Acordo de Paris.

Antes da conversa com o candidato à Presidência, os representantes do setor de energia se reuniram com o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), cotado como chefe da Casa Civil em um eventual governo de Bolsonaro.

O **Valor** apurou que a reunião com Lorenzoni foi mais técnica, na qual os especialistas puderam explicar melhor as propostas. Com Bolsonaro, a conversa teve um tom mais político e informal.

Os presentes saíram bem impressionados com o capital reformado, que explicou sua polêmica fala de semanas atrás sobre investidores chineses. No dia 9 de outubro, em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro disse ser contra a privatização do "miolo" da Eletrobras e da Petrobras. "Você não pode privatizar para qualquer capital do mundo. A China está comprando o Brasil. Você vai deixar nossa energia na mão do chinês?", questionou ele.

Na reunião dessa semana, Bolsonaro esclareceu que sua preocupação não se refere aos investidores chineses, mas à concentração do setor de energia nas mãos de uma única empresa, especialmente sendo estatal. "A preocupação dele é com a concentração no mercado de energia, mas sem restrição a qualquer país ou origem. Desde que haja um equilíbrio nessa entrada dos estrangeiros, ele entende que é muito positivo", disse uma fonte, ressaltando, contudo, que nada foi dito especificamente sobre a Eletrobras.

Em outra reunião realizada na segunda-feira, o **Valor** apurou que o professor Luciano de Castro, um dos principais nomes da equipe de energia de Bolsonaro, participou de teleconferência com investidores, promovida pelo UBS. Na ocasião, Castro disse que Bolsonaro, caso seja eleito, pretende trabalhar na transição do atual governo para encontrar soluções para as distribuidoras da Eletrobras que não tiverem sido leiloadas e correm o risco de serem liquidadas no fim do ano e para GSF, cuja judicialização já causou uma inadimplência de R\$ 9 bilhões no mercado de curto prazo de energia.

O especialista disse que sua maior preocupação é com relação às concessões da Amazonas Energia e da Ceal, distribuidora da Eletrobras no Alagoas cuja venda também está travada, por uma disputa entre o governo alagoano e a União. Ele não acredita, contudo, que as empresas serão liquidadas. "Minha esperança é que trabalharemos com o atual governo tentando criar uma transição para tentar resolver o problema. Não podemos dizer o que vai acontecer agora, porque é algo que ainda vamos discutir depois das eleições", disse Castro, de acordo com áudio da conversa obtido pelo **Valor**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

BNDES adia leilão

O BNDES mudou a data do leilão da Amazonas Distribuidora de Energia para o dia 27 de novembro, às 10h. O certame estava originalmente previsto para amanhã. A ideia seria dar aos potenciais compradores tempo suficiente para adequar as propostas, a fim de tentar extrair algum valor da distribuidora mesmo após o Senado ter rejeitado o projeto de lei que viabilizava financeiramente a operação da companhia amazonense.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Light avança em planos para emitir novas ações**

A Light convocou uma assembleia geral extraordinária (AGE) para 22 de novembro que, na prática, viabiliza a oferta subsequente de ações ("follow on", no jargão de mercado em inglês) prevista para o fim deste ano, que deve levantar recursos para a companhia e impedir a estatização da empresa fluminense pela Cemig.

Entre as alterações propostas, está uma autorização para o aumento do capital social da Light em 120 milhões de ações. Ao preço de fechamento de ontem, de R\$ 17,57, a emissão pode levantar mais de R\$ 2,1 bilhões para a companhia. A operação, se confirmada, será ancorada pela gestora GP Investments e no mínimo outro investidor estrangeiro.

O aumento de capital deve resolver um problema da Cemig, que é a liquidação de uma opção de venda ("put") exercida pelos bancos sócios da companhia no grupo de controle da Light, marcada para 30 de novembro.

Hoje, a Cemig tem 48,75% da Light. Depois da liquidação da opção de venda, vai superar 50%, estatizando a companhia. Isso pode trazer problemas como o vencimento antecipado de dívidas.

O plano recente da Cemig para isso envolvia a venda do controle da Light, mas a operação se mostrou complexa e não atraiu investidores estrangeiros. A oferta subsequente surgiu como alternativa, e o desenho das eleições de Minas Gerais ajudou a reforçar esse cenário. O segundo turno da disputa pelo governo mineiro é liderado por Romeu Zema, do Novo, contra Antonio Anastasia, do PSDB.

Se antes a estatal mineira falava em vender toda sua participação na Light, hoje a companhia pretende continuar sócia da empresa, que deverá ter o capital diluído, sem controlador. Na AGE, além de propor o aumento do capital autorizado, está prevista uma "pílula de veneno" que pode obrigar qualquer sócio que atinja 40% da companhia a lançar uma oferta pública de aquisição de ações (OPA).

"Vemos isso como um movimento claro para que a Light se torne uma 'corporation', escreveram os analistas Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira, do Bradesco BBI, em relatório enviado a clientes.

Ainda que a Cemig pretenda continuar sócia da companhia, a depender da subscrição dos minoritários ao aumento de capital, a estatal mineira pode precisar lançar uma oferta secundária de ações, para não ter uma fatia maior da Light que os novos sócios que vão ancorar a operação.

Segundo o Bradesco BBI, considerando um cenário na qual os minoritários subscrevam 30% de suas participações atuais, a Cemig precisaria vender 1,7 milhão de ações, ou 2% da fatia atual. Se os minoritários subscreverem 100% da oferta, restarão 62,4 milhões de ações aos novos acionistas. Com isso, a Cemig precisaria colocar 21,8 milhões de ações, ou 21% da fatia de hoje, em uma oferta secundária.

No mercado, ainda há dúvidas de qual será a fatia que a GP Investimentos vai adquirir na Light. "A GP ficar com 3% é muito diferente de ela ficar com 30%. Ela [GP] terá controle compartilhado ou um investimento financeiro pequeno?", questionou um especialista do mercado, que pediu anonimato. Na avaliação dele, para os acionistas da Light, o melhor cenário seria o compartilhamento ou até mesmo a transferência do controle da empresa, pela Cemig. "Isso geraria mais valor para o acionista da Light", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel indica cassar linhas da Eletrosul e Eletronorte

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) rejeitou as alegações da Eletrosul e da Eletronorte sobre o descumprimento dos prazos para entrega de linhas de transmissão, que já deveriam estar em operação. A decisão da agência reforça a posição de envio, ao **Ministério de Minas e Energia**, da recomendação para que sejam cassadas as concessões dos projetos: um que

soma 2.169 quilômetros, no Rio Grande do Sul, e outro de 657 quilômetros, no Acre. A duas subsidiárias da Eletrobras devem ser multadas e proibidas de disputar os próximos leilões.

No caso da Eletronorte, a linha de transmissão Rio Branco-Feijó-Cruzeiro do Sul, no Acre, foi arrematada em leilão realizado em 2013. O contrato foi assinado no ano seguinte. Na época, a agência estimou que a construção geraria 1.023 empregos diretos. A subsidiária da Eletrobras não conseguiu iniciar as obras devido a problemas com a mudança no traçado da linha, para evitar a passagem por terras indígenas. Uma empresa foi contratada para desenvolver o novo projeto.

A linha deveria ter entrado em operação em janeiro do ano passado. Ontem, a Eletronorte ainda tentou convencer a diretoria da agência a conceder mais prazo para a estatal resolver a situação do empreendimento. Com a recomendação da caducidade, a Aneel também instaurou um processo para executar a garantia financeira exigida na assinatura do contrato. A linha deverá ser ofertada nos próximos leilões.

Já no caso da Eletrosul, a agência recomendou a caducidade do contrato de concessão relacionado à construção e à operação de 17 linhas de transmissão no Rio Grande do Sul. A Aneel também abrirá processo sancionatório contra a empresa, com previsão de aplicar multa e executar a garantia financeira exigida na contratação.

A Eletrosul ainda tentou substituir o empreendedor que assumiria, em seu lugar, a responsabilidade sobre o projeto. A estatal havia negociado a transferência do empreendimento para a chinesa Shanghai Electric, que desistiu do negócio. Com a desistência dos chineses, no fim de setembro, a Eletrosul realizou novo processo seletivo. A Brasil Sul Transmissora de Energia, sociedade formada pela JAAC e EMTEP, foi escolhida para substituir os chineses.

A posição do comando da Aneel veio no sentido de barrar a entrada da Brasil Sul Transmissora de Energia. A diretoria entendeu que seria necessária a elaboração e análise de um novo plano de transferência de controle. Considerou-se que, nesse caso, não haveria tempo hábil para colocar o empreendimento em operação no prazo esperado.

Ao cancelar o contrato da Eletrosul, o empreendimento deverá ser ofertado no próximo leilão de transmissão, marcados para 20 de dezembro. A data original de entrada em operação era 6 de março deste ano. O projeto gaúcho tem o investimento estimado R\$ 4,1 bilhões e possibilidade de gerar 11 mil empregos diretos nos cerca de 60 municípios gaúchos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: STJ derruba maior liminar sobre risco hidrológico**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou ontem a principal liminar que isentava geradores das despesas relativas ao GSF (sigla em inglês para ajuste da garantia física das hidrelétricas). A decisão não resolve a guerra judicial em torno do risco hidrológico, mas deve reduzir o montante travado por liminares, hoje em R\$ 8,8 bilhões, em R\$ 1,5 bilhão a R\$ 2 bilhões, apurou o **Valor**.

Além disso, a tendência é que o "bolo" da inadimplência do mercado à vista de energia pare de crescer, ao menos na proporção vista até o momento.

Em fevereiro deste ano, a 20ª Vara do Distrito Federal derrubou a liminar referente à ação movida pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), que inclui a maior parte dos geradores do país com contratos no mercado livre. Posteriormente, a Justiça alterou a decisão, mantendo congelados os efeitos da liminar até esse momento. Na época, havia R\$ 6,04 bilhões travados no mercado à vista de energia por conta das liminares do GSF.

A decisão, porém, voltou a valer meses depois, e a inadimplência do mercado de curto prazo voltou a crescer. Até a liquidação de agosto, concluída no início de outubro, havia R\$ 8,8 bilhões não pagos por causa das liminares.

Com a decisão do ministro João Otávio de Noronha, presidente do STJ, os associados da Apine precisarão pagar suas parcelas correspondentes dessa inadimplência acumulada desde fevereiro. Além disso, não terão mais proteção daqui para a frente. Segundo estimativas do mercado, a inadimplência acumulada pelos sócios da Apine desde fevereiro soma de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 2 bilhões.

O presidente do STJ não quis derrubar os efeitos totais da liminar, vigente desde julho de 2015. "O que se verifica é que a suspensão resultará na cobrança de débito acumulado ao longo de 31 liquidações financeiras do mercado de energia, podendo gerar consequências danosas ao funcionamento das empresas em questão", disse no despacho.

Procurada, a CCEE, que é responsável pelas liquidações no mercado à vista de energia, disse que está ciente sobre a decisão. "Mas ainda estamos analisando

sua operacionalização, entendendo o teor da decisão", informou a câmara em nota.

Outros agentes também estão avaliando o teor da decisão. Uma fonte ligada à uma hidrelétrica protegida pela liminar da Apine disse ter um entendimento diferente sobre a decisão, que só teria efeitos a partir de agora, sem retroagir a fevereiro. As regras da operação só serão conhecidas quando a CCEE se pronunciar.

"A decisão é um alívio, mas não é tudo", disse uma fonte com conhecimento direto do caso.

A queda da liminar foi especialmente bem-vinda depois que a rejeição de uma solução legal para acabar com a guerra judicial foi rejeitada, na semana passada, pelo Senado. A proposta estava incluída no projeto de lei que viabilizava a operação das distribuidoras da Eletrobras.

Para preservar água dos reservatórios, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determina que as hidrelétricas poupem recursos hídricos, gerando menos que suas garantias físicas. Como as empresas vendem, no mundo contratual, um percentual maior de suas energias asseguradas, a diferença fica exposta ao mercado à vista, na qual os preços de energia são elevados e voláteis. Para se proteger do problema, as hidrelétricas conseguiram liminares limitando os efeitos da exposição ao GSF. São esses valores não pagos que vêm se acumulando, chegando nos quase R\$ 9 bilhões de hoje.

O projeto de lei trazia proposta de solução para o problema. As usinas abririam mão das liminares em troca da extensão das concessões de forma proporcional à exposição ao GSF causado por motivos "não hídricos". A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem falado em uma solução regulatória, mas a iniciativa já foi apresentada no início do ano e rejeitada pelas hidrelétricas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Santo Antônio estima custo de eventual colapso

Um eventual colapso da Santo Antônio Energia (Saesa), consórcio formado por Odebrecht, Furnas, Cemig, Andrade Gutierrez e FI-FGTS, responsável pela hidrelétrica de mesmo nome, no rio Madeira, causará um impacto para consumidores das distribuidoras e do mercado livre de R\$ 9,68 bilhões, em dois

anos. A projeção é do próprio consórcio, com base em preços do mercado de curto prazo e considerando a hipótese de a empresa deixar de adimplir com suas obrigações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segundo representantes da Saesa, essa possibilidade é real, caso seja obrigada a comprar energia no mercado de curto prazo para honrar seus contratos com as distribuidoras no mercado regulado, relativo ao atraso no cronograma da usina, devido à ocorrência de greves ilegais no canteiro de obras da hidrelétrica, entre 2009 e 2013. O julgamento do caso está previsto para ser retomado hoje, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Saesa está perdendo por 1 x 0, já que a ministra Laurita Vaz votou contrariamente ao consórcio. O ministro Felix Fischer, então, havia pedido vista do processo e pretende retomar a votação hoje. Caso o STJ dê ganho à Saesa, as distribuidoras de energia é que terão que adquirir a energia no mercado de curto prazo para atender as respectivas demandas, com impacto estimado em R\$ 1 bilhão, que será repassado aos consumidores de todo o país via reajuste tarifário.

"Temos um direito claro e evidente. O judiciário trabalhista já disse que as greves foram ilegais", afirmou Márcio Pina, advogado do escritório Bettiol, que representa a Saesa. Segundo ele, dessa forma, as greves são qualificadas como caso fortuito e de força maior e podem garantir o excludente de responsabilidade ao consórcio pelo atraso.

A discussão na Justiça começou em 2014. Desde então, a Saesa chegou a ter duas liminares, em ações distintas, protegendo-a do pagamento. As liminares, porém, foram derrubadas pelo STJ. Segundo Pina, a Saesa pagou às distribuidoras R\$ 600 milhões, em virtude disso.

O consórcio então entrou com uma terceira ação, com base na publicação da Lei 13.306/2016 e no entendimento de que são reconhecidos como excludentes de responsabilidade todas as ocorrências de caso fortuito ou força maior, incluindo greves.

O advogado Vitor Alves de Brito, do escritório Sergio Bermudes, que representa a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), discorda deste entendimento. "Este argumento [da Saesa] é pura falácia, porque a lei 13.306 prevê como excludente de responsabilidade a greve desde que seja reconhecido pela Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] a ausência de responsabilidade do agente e o nexo de causalidade entre a ocorrência e o atraso em operação comercial. E a Aneel não reconheceu", afirmou ele.

Brito também discorda do risco de colapso do consórcio e do eventual impacto ao consumidor caso a Saesa perca o processo. "A alegação de que Santo Antônio vai entrar em colapso existe desde que eles ajuizaram essa ação e a liminar foi suspensa. Até hoje, ela não entrou em colapso. Então é mais um argumento pueril que não há de convencer o judiciário", completou. Brito acrescentou que a Saesa tem seus acionistas que podem e devem aportar as garantias financeiras devidas pela usina à CCEE. "Ela própria [Saesa] propalou no mercado um lucro bilionário ao antecipar o seu cronograma para vender energia no mercado livre. Então, não é sério esse argumento de que ela seria levada à falência na véspera do julgamento."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: EUA retiram taxa antidumping de resina brasileira

Em uma decisão incomum durante o governo de Donald Trump, os Estados Unidos retiraram uma sobretaxa provisória de até 276% imposta sobre as importações americanas de resina PET produzida no Brasil. A decisão foi tomada pela Comissão Americana de Comércio Internacional (USITC, na sigla em inglês) na quinta-feira e garante ressarcimento à indústria brasileira, já que as tarifas vinham sendo aplicadas desde o início de maio.

De acordo com o advogado Fábio Carneiro Cunha, do escritório Carneiro Cunha Advogados, que representou as fabricantes brasileiras, essa é primeira vez, durante a gestão Trump, que a USITC derruba uma sobretaxa em decisão unânime. "Ficou comprovado que não há dano e, depois de um ano de processo, a decisão foi por não manter o antidumping provisório", diz o advogado.

A acusação de dumping e pedido de investigação contra fabricantes brasileiros - a tailandesa Indorama, que comprou a M&G Polímeros do Brasil, e a DAK Americas, da mexicana Alpek, que comprou a Petroquímica Suape (PQS) e a Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) - foram apresentados em setembro de 2017 por quatro multinacionais instaladas nos Estados Unidos, incluindo a operação americana da Indorama e da M&G.

Conforme as empresas, a concorrência supostamente desleal do produto brasileiro causava danos econômicos e financeiros à indústria americana de resina PET, que é usada principalmente para a fabricação de garrafas. O Brasil tem representatividade no mercado americano de PET, com exportações de

mais de US\$ 50 milhões, para um total de importações americanas de pouco menos US\$ 440 milhões.

Em maio, o Departamento de Comércio americano anunciou a imposição de sobretaxas provisórias de 24,09% para a resina exportada pela Indorama e de 226,91% para o produto da DAK. Na sequência, as alíquotas foram elevadas para 29,68% e 275,89%, respectivamente.

O Brasil consome 520 mil toneladas por ano de resina PET e, com cada tonelada, é possível obter 30 mil garrafas. Anualmente, são 15,3 trilhões de garrafas PET produzidas localmente.

A Indorama Ventures anunciou em março a compra da fábrica de resina PET da M&G no Brasil, localizada no complexo de Suape (PE). A unidade, a maior da América do Sul, tem capacidade de produção de 550 mil toneladas por ano e foi vendida após o conglomerado italiano, principal fabricante no mundo desse tipo de resina, entrar com pedido de recuperação judicial na Itália.

A mexicana Alpek, por sua vez, concluiu em abril a compra da Petroquímica Suape e da Citepe, que pertenciam à Petrobras. A transação, de US\$ 435 milhões, foi firmada dentro do programa de venda de ativos da estatal.

MME / ASCOM .